

Manuais sobre a Cobertura Jornalística de Desastres: o que se espera do Jornalismo?¹

Mariana MACHADO²
Márcia Franz AMARAL³
Elise SOUZA⁴

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar o papel do jornalismo em caso de desastres a partir da produção normativa sobre o tema e das concepções sobre Comunicação de Risco. São pesquisados cinco manuais publicados em língua portuguesa por instituições consagradas. Nossa metodologia contou com a aplicação de um protocolo com questões que dizem respeito ao uso de conceitos, aos papéis atribuídos à Comunicação e ao Jornalismo nos períodos de normalidade e nos períodos de emergência e também às críticas que estes manuais fazem à cobertura. Concluímos que os Manuais buscam trabalhar com conceitos semelhantes, atribuindo ao jornalismo um papel no amplo processo de Comunicação de Risco, principalmente no que diz respeito à cobertura do antes e do depois do desastre, transcendendo também a tendência ao sensacionalismo.

PALAVRAS-CHAVE: cobertura jornalística, Comunicação de Risco, desastres.

INTRODUÇÃO

Os desastres vêm sendo foco de estudos em diferentes áreas do conhecimento justamente pela magnitude que podem apresentar e com que podem afetar parcelas da população. Além do mais, os diversos tipos de desastres envolvem complexas questões de diversas ordens, tais como ambiental, social e econômica. Tais questões podem ser enquadradas a partir de diversas perspectivas teóricas, considerado o quadro de iminente risco em que vive a sociedade contemporânea. De acordo com Valencio (2012), questões relacionadas ao risco, um dos temas de nosso trabalho, são foco de estudos da

¹ Trabalho apresentado no IJ 6 – Interfaces Comunicacionais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017. Este artigo integra a investigação intitulada **A configuração do acontecimento catastrófico no jornalismo: uma análise da trama de causas, consequências e vítimas**, que tem apoio do CNPq.

² Estudante de Graduação, 5º semestre do Curso de Jornalismo da FACOS-UFSM, Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, email: mari.machado@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, pesquisadora do CNPq, doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, email: marciafranz.amaral@gmail.com

⁴ Jornalista, Mestranda no Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFSM, email: elise.as@hotmail.com

Ciências Sociais com destaque para visões que observam a relação dos riscos ao processo de desenvolvimento econômico (GIDDENS, 1991; 1997), aos processos culturais (DOUGLAS, 1976; 1992) e aos temores e incertezas da contemporaneidade (BAUMAN, 2005; 2008, 2009).

De acordo com Nunes (2015), uma das tantas formas possíveis de contar a história da humanidade é a partir de como vem convivendo com os desastres naturais. Análises realizadas pela autora tendo como base os dados do EM-DAT (International Disaster Database) – um banco de dados que integra ocorrências calamitosas de todo o mundo, utilizando os mesmos critérios para todas as nações, em que são incluídas apenas ocorrências com dez ou mais vítimas fatais, e/ou cem ou mais afetados, e/ou declaração de estado de emergências, e/ou chamada de assistência internacional – apontaram 863 registros de desastres naturais em países da América Latina de 1960 a 2009. Catástrofes hidrometeorológicas e climáticas representaram 80% das ocorrências e foram responsáveis por quase 90% dos afetados.

Ainda de acordo com esta pesquisa, quase 180 mil pessoas perderam a vida em algum tipo de desastre natural na América do Sul nas cinco décadas analisadas. Entre os países com eventos registrados o Brasil lidera o ranking em número de ocorrências, afetados, óbitos e prejuízos econômicos, tendo sido o terceiro país de todo o mundo em número de vítimas fatais no ano de 2011. Perspectiva reforçada por Valencio (2012), que chama a atenção para a banalização dos desastres no contexto brasileiro e para o fato de afetarem com muito mais força “grupos sociais que detêm uma espacialidade frágil” (p. 92).

Tais dados alarmantes justificam a emergência de pesquisas sobre o tema não somente em nível global como local, considerando principalmente os riscos de variados tipos de desastres a que estão vulneráveis parcelas da população mundial. Premissa acentuada pela afirmação de Di Giulio (2008, p.2) de que “Estudos sobre riscos são relevantes para uma análise da vulnerabilidade das sociedades contemporâneas”.

Entre as principais críticas trazidas por Valencio (2012) ao tratamento que recebem os casos de desastres no Brasil, com grande destaque às posições governamentais, figuram também críticas quanto à circulação de informações e necessidade de compreender a intrincada teia de questões e relações sociais envolvidas.

O tipo de informação, quem a transmite, o canal que a difunde, a forma de transmissão, quem a recebe, como a interpreta, como age em razão da sua representação do problema e das suas prioridades

cotidianas e existenciais, são aspectos que não vêm à consideração pública, a não ser para semear nova onda de preconceitos na tentativa (vã) de amoldar práticas coletivas de grupos em processos de vulnerabilização. (2012, p. 81)

Nossa pesquisa volta o olhar justamente para as questões que dizem respeito à cobertura de desastres e às suas narrativas, construídas a partir de uma rede complexa de instituições e de atores sociais com múltiplos pontos de vistas e diferentes lugares de fala. Normalmente integram o que no Brasil se chama de políticas públicas de Redução de Riscos de Desastres (VICTOR, 2015). Os Manuais tentam regular o relato dos desastres por parte dos jornalistas e dos meios, a partir de uma ideia básica de que nestes casos extremos, o jornalismo não pode ser pautado somente pela audiência ou por valores-notícias tradicionais, mas também devem contribuir para organizar o caos, orientar a população, explicar as causas e os contextos dos desastres e, sobretudo, prevenir.

Para as instituições que publicam Manuais de conduta, em momentos de desastres os jornalistas precisam integrar uma rede de atores sociais e de instituições com papéis pré-determinados e devem fazer a cobertura com redobrados cuidados éticos, evitando o sensacionalismo e o pânico e, mais, antevendo possíveis riscos e participando do processo com matérias informativas e até educativas. Por isso, num primeiro momento tratamos da Comunicação de Risco, num segundo momento explicamos a metodologia de análise de cinco manuais em língua portuguesa e, posteriormente, sistematizamos algumas características destas publicações para apontar os principais desafios para o campo jornalístico

COMUNICAÇÃO DE RISCO

A Comunicação de Risco no sentido mais tradicional diz respeito aos protocolos de atuação dos agentes sociais antes e durante uma tragédia, um processo de intercâmbio de informação e de opiniões entre indivíduos, grupos e instituições que implica em mensagens múltiplas sobre a natureza do risco. O conceito teve destaque a partir do acidente na usina nuclear de Chernobyl, em 1986, devido à dificuldade dos cientistas em transmitir ao público leigo informações técnicas a respeito dos riscos.

Para Farré Coma (2005), no campo da Comunicação de Risco existe, num extremo, a perspectiva daqueles que definem o risco como propriedade objetiva de um acontecimento ou atividade e como algo possível de ser medido ou de ter sua ocorrência

calculada. Neste caso, o risco é definível claramente. Em outro extremo, existe uma perspectiva construtivista que entende o risco como percepções subjetivas filtradas pela cultura e pela estrutura social. E uma versão mais radical desta segunda concepção afirma que o risco só se manifesta a partir de suas percepções. Para ele, estas são concepções empobrecedoras da realidade. Nem o cálculo de probabilidades assegura um risco zero, nem pode se distinguir da percepção do risco. Assim, a Comunicação de Risco deve levar em conta essas questões.

De acordo com Serra (2011), outro autor que trabalha com o tema, a Comunicação de Risco assume várias formas. Pode se dar entre uma crise e outra, com coberturas factuais, de maneira intencional com intuito de prevenção ou de maneira implícita como nas notícias tradicionais. A comunicação de risco está presente nos manuais, glossários e guias de cobertura de catástrofes e desastres e tem uma função normativa de delimitar como o acontecimento deve ser ofertado à população no sentido de auxiliar à sobrevivência dos afetados de evitar novas tragédias.

Um diálogo permeado pelas “múltiplas mensagens sobre a natureza do risco, as preocupações e opiniões das pessoas e suas reações a tais mensagens e, sobretudo, as medidas legais e institucionais relacionadas ao gerenciamento do risco” (2008, p.2) estão entre as principais determinações de Di Giulio sobre a comunicação de risco que, além disso, deve garantir a compreensão da população local através da exposição clara e explicativa das informações.

Entretanto, a comunicação de risco é de uma ordem diferente da ordem jornalística. É difícil conciliar sua lógica de educação e prevenção, com a lógica dos meios jornalísticos (SERRA, 2011), costumeiramente preocupados em noticiar acontecimentos singulares e eventos descontínuos de forma a ter alto impacto entre seu público. O autor aponta, inclusive, que os media tendem a tratar a comunicação de risco como qualquer outro tipo de comunicação, agindo de acordo com práticas consagradas que giram em torno de “noticiar acontecimentos, novos, surpreendentes e espetaculares, de forma objetiva, em linguagem acessível ao cidadão comum” (p.8).

A própria produção normativa já dá conta de contrapor essa perspectiva ao apontar as singularidades da Comunicação de Risco, fator que também é ressaltado por Santos (2014, p.108) quando afirma que “Devido à complexidade dos eventos, a cobertura possui características próprias que marcam a atuação dos profissionais e meios e começam pela estrutura de cada veículo”.

Embora a comunicação de risco tenha inúmeros atores e conte com as mídias móveis⁵, afirma Murdock que a opinião pública continua ascendendo majoritariamente ao espaço público por intermédio da imprensa, do rádio e da televisão. Para ele, os meios não são transmissores oficiais da informação em caso de risco, mas intermediários dos agentes em jogo e agentes ativos do significado (MURDOCK et alli., 2001, p.94).

De acordo com Serra, o papel e poder das mídias, com destaque para televisão, rádio e internet, se estabelecem como centrais no âmbito da comunicação de risco principalmente pelo “tamanho das audiências a que conseguem chegar; a rapidez com que produzem e difundem as suas mensagens; os padrões deontológicos que regulam a atividade dos seus profissionais (jornalistas)” (2011, p.4).

Vivemos em uma sociedade que pode ser caracterizada como uma “sociedade de risco” e, ao mesmo tempo, como uma “sociedade da informação/comunicação” e a segunda resulta em implicações sobre a primeira ao passo que a comunicação apresenta um papel importante em situações de risco (SERRA, 2011). Isso porque, a prática da comunicação de risco pode “assegurar a prevenção do aumento de um determinado risco ou mesmo da evolução de uma situação de perigo para uma crise ou catástrofe, com economia de recursos materiais e de vidas humanas” (DI GIULIO, 2008, p. 14).

A influência da mídia sobre a percepção de riscos pelas comunidades também é ressaltada por Di Giulio (2008), que aponta que a forma como os riscos são retratados no cenário midiático interfere sobre a maneira como os receptores dessa mensagem reagem a ele, fator que expõe a potencialidade da comunicação diante deste tipo de cenário e dos desdobramentos possíveis. Pesquisa realizada pela autora em duas localidades em situação de risco diante da contaminação por chumbo⁶ demonstrou a efetividade da comunicação de risco não apenas na interface comunicacional como no gerenciamento do risco e enfatizou o quanto a ausência de um plano de comunicação de risco em situações semelhantes pode exercer consequências negativas em âmbito social.

A atuação estigmatizadora da mídia através do sensacionalismo e da transmissão de informações contraditórias, além da desconfiança por parte da comunidade e o

⁵ Pesquisa recente aponta o Twitter como um dos veículos de comunicação mais rápidos na identificação de danos e áreas mais afetadas por desastres em países desenvolvidos. Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/11/tecnologia/1457704699_399299.html?id_externo_rsoc=FB_CC > Acesso em: 14 mar. 2017

⁶ A pesquisa evidencia as experiências de dois casos brasileiros, nos municípios de Adrianópolis (Vale do Ribeira) e Bauru (SP).

sentimento de pânico e alarme entre as pessoas foram apenas algumas das consequências percebidas na ausência de um plano de comunicação de risco. Tal observação salienta a importância de estratégias de comunicação que deem conta de todos os fatores envolvidos em um desastre e comprova empiricamente a importância da Comunicação de Risco conforme as indicações da produção normativa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Encontramos oito manuais em língua portuguesa destinado a jornalistas e optamos, neste artigo, por analisar as cinco publicações de instituições consagradas e com ampla circulação, as quais serão discriminadas a seguir.

O primeiro manual, intitulado *Comunicação de Riscos e Desastres* (2010), tem como autores Daniele da Cunha Lopes, Marcos de Oliveira, Áureo Mafra de Moraes, Wilson da Costa Bueno, Soledad Urrutia de Sousa, Ana Paula de Assis Zenatti e é ligado ao Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) em Engenharia e Defesa Civil (já vi esta sigla dessas duas maneiras, fiquei em dúvida) da Universidade Federal de Santa Catarina. Desde 2000, o Centro atua nas áreas de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à redução de riscos de desastres, com a finalidade de cooperar para o desenvolvimento técnico, científico e cultural da sinistologia e de sua difusão junto à sociedade. O CEPED tem parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, que assina o texto de apresentação do manual, criado para um curso de mesmo nome, promovido pelo Sistema Nacional de Defesa Civil.

O segundo manual aqui analisado denomina-se *Comunicação em Desastres – A Atuação da Imprensa e o Papel da Assessoria Governamental* (2010), das autoras Ana Paula de Assis Zenatti e Soledad Yaconi Urrutia de Sousa. Trata-se de um Manual dedicado a jornalistas que trabalham com a Assessoria de Imprensa Governamental e não para jornalistas da mídia em geral. Também editado pelo CEPED, em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Departamento Estadual de Defesa Civil (DEDC) e o Governo do Estado de Santa Catarina, este Manual inclui um capítulo sobre o desastre de 2008 em Santa Catarina, onde enchentes e deslizamentos mataram mais de 120 pessoas.

Devido ao fato de dois manuais, entre os cinco analisados, terem sido produzidos no estado de Santa Catarina através de parcerias do CEPED com órgãos públicos, convém mencionar que Santa Catarina é um dos Estados brasileiros mais

atingido por desastres ligados ao excesso e à falta de chuva, além de registros de “evolução súbita” como enxurradas, inundações, granizos, vendavais, tornados e deslizamentos (RELATÓRIO, ...2016), dados que justificam tais publicações em maior número nesse Estado.

RRD, Mídia e Jornalistas (2013) é o título do terceiro manual analisado, da autora Cilene Victor. O Guia é patrocinado pelo Itaú Unibanco e compartilha informações e práticas que contribuem para o papel da mídia e dos jornalistas na Redução de Riscos de Desastres (RRD), buscando o compromisso da imprensa com um planejamento eficiente para esta gestão.

O quarto manual analisado, denominado *O desastre sob o enfoque de novas lentes – Para cada efeito, uma causa* (2012), foi redigido por Brigitte Leoni, Chefe de Comunicações da UNISDR (Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres), Tim Radford, um antigo jornalista do The Guardian, Mark Schulman, consultor da UNISDR e com o suporte de inúmeros jornalistas internacionais. Trata-se de um guia para cobertura jornalística em Redução de Riscos de Desastres traduzido para o português com o financiamento da Comissão Europeia por intermédio do projeto “Aumentando Resiliências & Fortalecendo Comunidades: RRD na Prática no Brasil” realizado pela CARE Brasil em parceria com a Fundação Abrinq/Save the Children.

O quinto e último manual que faz parte desse corpus intitula-se *Manual de Verificação – Uma Guia Definitivo para Verificar Conteúdo Digital na Cobertura de Emergências*, editado por Craig Silverman. O Manual é uma versão em português do Verification Handbook (Manual de Verificação), lançado pelo Centro Europeu de Jornalismo (EJC) e a agência Paradoxo Zero. Voltada para jornalistas a publicação tem como objetivo auxiliar os profissionais a checarem a veracidade de informações que surgem em grande demanda na internet e nas redes sociais em situações de emergência.

Feito o levantamento e caracterização dos manuais a serem analisados, fizemos uma análise comparativa com base em um protocolo aplicado a nosso *corpus*. O protocolo é dividido em questões de três diferentes ordens: em primeiro lugar as que caracterizam genericamente os Manuais, em segundo lugar questões que dizem respeito aos conceitos de desastre, catástrofes, risco, resiliência e prevenção utilizados e o terceiro tipo são questões diretamente ligadas ao papel da comunicação e do jornalismo em caso de catástrofes. Vamos nos focar mais profundamente no terceiro bloco de questões. Assim, nossas principais perguntas são: quais são as estratégias comunicativas

propostas para os períodos de normalidade e para os períodos de desastre? As publicações fazem críticas às coberturas realizadas? Enfim, o que se espera dos jornalistas e da cobertura midiática em caso de desastres?

ANÁLISE DE DADOS

Observando nosso corpus de pesquisa, pode-se perceber, tendo como base os protocolos de análise padrão a que foram submetidos, a ocorrência dos principais termos relacionados ao tema, como: desastre, risco, resiliência e prevenção, com algumas semelhanças e diferenças entre suas concepções.

Em nossas análises, levantamos que os conceitos-chave sobre os quais os Manuais se desenvolvem são os de risco, prevenção e desastres. Dos cinco manuais, quatro apresentam o conceito de risco, prevenção e desastre. Apenas dois abordam o conceito de resiliência e um, o de ameaça. O conceito de catástrofe não é elaborado por nenhum manual, o que mostra que em publicações mais técnicas e normativas este termo é substituído pelo conceito de desastre.

Os conceitos de riscos são abordados tendo como palavras chaves “medidas de danos” e “probabilidade estatística”. No Manual O desastre sobre o enfoque de novas lentes, define-se o risco como “resultante de interações entre ameaças naturais ou induzidas pelo homem e populações vulneráveis” (2012, p.18). No Manual Comunicação de Riscos e Desastres, o risco, quando conceituado formalmente, é associado também à vulnerabilidade, dando conta de uma importante discussão na área que evita considerar o risco como algo externo e independente das situações social, ambiental e econômica da comunidade atingida.

A definição de desastre é bastante similar nos quatro manuais que adotam a conceituação, pois utilizam como fonte o conceito da Política Nacional de Defesa Civil. Os manuais consideram que um desastre pode ser tanto resultado de eventos adversos naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável. Destacamos o conceito do manual O desastre sobre o enfoque de novas lentes que acrescenta, além das questões ligadas às vulnerabilidades, as “medidas insuficientes para reduzir as consequências negativas do risco” (2012, p.16), ou seja, de alguma maneira responsabiliza alguns setores sociais como o Poder Público pelo ocorrido.

O conceito de prevenção, junto com o de risco e o de desastre, é o mais recorrente. Aparece em quatro dos cinco manuais e tem uma definição parecida em

todos eles, com ênfase para as “atividades que evitam os impactos adversos das ameaças e os meios para minimizar os desastres ambientais, tecnológicos e biológicos (LEONI et alii, 2012, p. 18).

Resiliência só é conceituada em duas publicações, da mesma maneira, como a capacidade de manter-se inteiro quando o organismo é submetido a grandes exigências e pressões e a capacidade de reconstituir-se ao transformar problemas em oportunidades.

Percebe-se, portanto, que os Manuais tem a mesma base teórica, não se diferenciando em nas concepções que os embasam. Pode-se inferir que a produção normativa no Brasil ainda é muito pequena e realizada por um grupo de comunicadores que tem as mesmas filiações teóricas.

QUAL É O PAPEL DA COMUNICAÇÃO?

Tendo como base o exposto dos Manuais de maneira geral, é possível observar que o papel da comunicação, e mais especificamente do jornalismo é agir na criação de uma cultura da prevenção, a partir de uma função pedagógica, ressaltada principalmente no Manual *Comunicação de Riscos e Desastres*, que destaca a necessidade de a mídia educar a população antes da ocorrência dos desastres, alertando autoridades e levando informações para contribuir com a “redução da vulnerabilidade nas comunidades” (LOPES et alii, 2010, p. 128).

Esta função também é mencionada no Manual *Comunicação em Desastres – A Atuação da Imprensa e o Papel da Assessoria Governamental* que salienta a atribuição da mídia de emitir alertas e mapear riscos, mas, para além disso, participar desde a primeira etapa, justamente a que diz respeito à prevenção. Para evidenciar a questão, o Manual afirma que “principais ações de comunicação voltadas ao gerenciamento de uma crise são as que antecedem o problema” (BUENO, 2010 apud ZENATTI e SOUZA, 2010, p. 58-59).

Entre as principais missões da mídia apontadas nos manuais, também está a prestação de serviço à comunidade, fornecendo ajuda e assistência. Destaca o Manual *O desastre sob o enfoque de novas lentes* que a mídia pode salvar vidas muito em função da sua capacidade de “influenciar as decisões políticas, alterar atitudes públicas” (LEONI et alii, 2012, p.66).

Nesse aspecto, sublinha-se também o encargo da mídia de compreender o cenário e amenizar o caos. Nas palavras do Manual *RRD, Mídia e Jornalistas*:

“informar sem criar pânico e garantir a segurança das pessoas” (2010, p.30). Tal prestação de serviços intimamente ligada, nos Manuais, à questão do resguardo e proteção dos envolvidos, passa também pela premissa do não sensacionalismo, visto que em momentos de desastres, levantar rumores acerca das causas ou culpados, o que em um segundo momento pode ser importante para evitar novos desastres, em um primeiro momento funciona apenas para disseminar o medo e o caos. O recomendado seria “adotar um tom conciliatório” e evitar o tom de acusação. Esta recomendação é interessante de ser sublinhada e discutida, visto que por vezes se cobra da cobertura a investigação das causas dos desastres e a identificação dos culpados.

Outra função bastante destacada da comunicação nos Manuais diz respeito ao senso autocrítico no momento de expor as informações, principalmente, a dor dos afetados, questionando se as imagens e fatos mostrados trazem informações importantes ou apenas criam constrangimentos e exposição. Além disso, ganha destaque a participação dos núcleos de comunicação no planejamento e gestão das situações de risco, junto aos órgãos de gerenciamento de crise. Nesses pontos de vista a especialização da comunicação conta pontos favoráveis, assunto tratado principalmente no Manual *Comunicação de Riscos e Desastres* que traz um capítulo intitulado Risco de desastre – uma nova especialização do jornalismo, em que são tratadas as interfaces com o jornalismo científico e ambiental.

PERÍODOS DE EMERGÊNCIA E PERÍODOS DE NORMALIDADE: O QUE ESPERAR DA MÍDIA?

Considerando o importante papel da comunicação no planejamento e gestão de riscos, os Manuais apontam que ela deve estar envolvida desde a etapa que antecede o problema. Por isso, as proposições para o trabalho da comunicação feitas nos Manuais abrangem, além dos períodos de emergência, os períodos de normalidade, indicando as possíveis formas de atuação que podem contribuir para uma cobertura responsável e para abrir a possibilidade de auxiliar na mitigação de riscos.

Entre as principais recomendações de atuação para os períodos de normalidade estão etapas estratégicas do planejamento que incluem a identificação prévia de fontes confiáveis, a profissionalização de jornalistas e a abordagem das vulnerabilidades sociais que acabam por viabilizar ou agravar os desastres, pontos que aparecem, principalmente, no Manual *Comunicação de Riscos e Desastres*. Outras publicações,

como o Manual *RRD Mídia e Jornalistas* comentam sobre a necessidade de ações de Redução de Riscos de Desastres (RDD) de maneira que a sociedade conheça e enfrente os riscos aos quais está exposta, “sem esperar pelo desastre”. (VICTOR, 2013, p.11).

Já para os períodos de emergências, o foco fica na precisão das informações, que precisam ser completas e veiculadas de maneira responsável, principalmente porque, grande parte das pessoas toma decisões a partir da cobertura dos meios de comunicação. Tal discussão centra-se principalmente no Manual *Comunicação de Riscos e Desastres*, que traz a importância de corrigir rumores falsos, apurar, repassar orientações com agilidade, consultar fontes que acrescentem dados, avaliar as informações antes da divulgação e agir de maneira comprometida com a redução dos riscos.

Levantou-se também que apenas o Manual *Comunicação de Riscos e Desastres* faz críticas diretas à cobertura de desastres já conduzida pela mídia, apontando, principalmente, a necessidade de coberturas planejadas e preventivas, que privilegiem informações úteis, a partir de fontes confiáveis. Um contraponto às práticas existentes, condenadas por superficialidade, falta de precisão e “ausência prévia de informações qualificadas sobre as suas causas e consequências” (p.114) relacionadas, no Manual, com conceitos como sociedade do espetáculo e sensacionalismo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, percebe-se que a produção relativa à cobertura de desastres e técnicas para a gestão de riscos e situações de emergências que incluem a atuação imprensa, assim como a área de Comunicação de Risco como um todo, ainda é incipiente no Brasil. Tal observação fica clara empiricamente quando, dos cinco manuais publicados em português, dois estão ligados a uma mesma instituição – o CEPED – e um deles não foi produzido no Brasil.

Com base nos dados coletados a partir da aplicação dos protocolos, percebe-se também que as terminologias específicas de RDD, tais como catástrofe, desastre, risco, resiliência e prevenção, ainda não são difundidas no meio jornalístico. Tal estranhamento com os termos pode levar os profissionais da comunicação a adotarem definições diferentes das utilizadas pela Defesa Civil, de forma a causar desencontro nas informações em uma situação de cobertura de desastres.

No que diz respeito à cobertura jornalística em si, os manuais criticam a imprensa por não compreender que uma situação de desastre possui um antes, um

durante e um depois, ou, mesmo compreendendo, não dá conta desses três períodos, sendo necessário, portanto, que a mídia atue de forma preventiva, orientando a população sobre possíveis situações de risco e ações que devem ser realizadas para evita-las. Ganha destaque a função dos veículos de comunicação de olharem para além do desastre, dando continuidade à cobertura após a situação ser dada como estabilizada. Entra aí o papel da imprensa de fiscalizar e cobrar as ações prometidas no auge dos desastres pelas autoridades e órgãos competentes, questão destacada por Santos, para quem “o papel do jornalismo no desastre se traduz em não ir embora”, extrapolando a cobertura factual e partindo para uma posição mais abrangente que “reitera a responsabilidade social da imprensa” (2014, p. 125).

Justamente pela percepção de que o papel da mídia, no âmbito da Comunicação de Risco, deve estar além dos desastres, os Manuais abordam questões relativas ao papel da mídia não somente em períodos de emergência, como de normalidade, trazendo a mídia como mais um entre os pilares de sustentação dos planos de gerenciamento de riscos, junto aos órgãos governamentais.

Se em períodos de emergência é dever da mídia agir com comprometimento e responsabilidade, fornecendo informações precisas e que contribuam para o gerenciamento dos riscos, é igualmente seu dever começar este trabalho antes mesmo do acontecimento de desastres, identificando fontes previamente e abordando vulnerabilidades de maneira a servirem de alerta, além de investir no treinamento e engajamento de profissionais.

Este ponto, em específico, reflete muito da discussão introduzida por Serra (2011) que chama a atenção para a diferença de natureza entre a prática jornalística e a Comunicação de Risco, já que a primeira está orientada para a factualidade e objetividade, investindo em pautas que chamem a atenção do público e que, geralmente são esquecidas depois que esfriam, enquanto a Comunicação de Risco volta-se para uma prática preventiva a longo prazo, com medidas educativas que extrapolam o factual.

Talvez esta seja a maior dificuldade em orientar a atividade jornalística para a prática da Comunicação de Risco, ressaltada pela necessidade de uma produção normativa que, ademais, está aquém da carência percebida na área. Di Giulio (2008) está entre os autores que ressaltam a necessidade de incorporar a prática da Comunicação de Risco e o debate sobre ela entre profissionais, universidades,

instituições de pesquisa e órgãos governamentais, para que “esse processo seja uma preocupação corrente em estudos e situações que envolvam riscos” (p.3).

O processo de abraçar a Comunicação de Risco de uma forma completa passa também pela observação dos fatores singulares que dizem respeito a cada situação e comunidade em específico, considerando, durante a cobertura, as características culturais, sociais e econômicas, identificando interesses e expectativas (DI GIULIO, 2008).

Considerando ainda a afirmação de Santos (2014, p. 92) de que a informação “[...] pode ser a única forma de prevenção de desastres financeiramente acessível aos mais vulneráveis” fica clara a necessidade do exercício de autocritica por parte da mídia, como ressaltam os manuais, para que a cobertura antes, durante e depois de um desastre não esbarre na velha prática que explora a fragilidade das vítimas e as expõe, mas que é serviço para todos, incluindo os envolvidos.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- DI GIULIO, G. M.; FERREIRA, L. C.; FIGUEIREDO, B. **Comunicação de Risco e Mídia: um debate sobre dois casos brasileiros**. In: IV Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília. 2008.
- DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DOUGLAS, M. **Risk and Blame: essays in cultural theory**. London/New York: Routledge, 1992.
- FARRÉ COMA, J. Comunicacion de Riesgo y Espirales del Miedo. Universidad de Guadalajara, México. **Comunicación y Sociedad**, n.3. pp. 95-119, enero-junio 2005.
- GIDDENS, A. **Consequências da modernidade**. São Paulo: ed. UNESP, 1991.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A. BECK, U.; LASH, S. (org.) **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- LEONI, B; RADFORD, T; SCHULMAN, M. **O desastre sob o enfoque de novas lentes – Para cada efeito, uma causa**. São Paulo: CARE Brasil, 2012.

LOPES, D.C; OLIVEIRA, M; MORAES, A.M; BUENO, W.C; SOUSA, S.Y.U; ZENATTI, A.P.A . **Comunicação de Risco e Desastres**. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres - Florianópolis: CEPED UFSC, 2010.

MURDOCK , G; PETTS, J; HORLICK-JONES, T. **Social amplification of risk: The media and the public**. Contract Research Report: Health & Safety Executive, 2001.

NUNES, L. H. **Urbanização e desastres naturais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

RELATORIO...Relatório dos danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais em Santa Catarina: 1995 - 2014/ Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres [Organização Rafael Schadeck]- Florianópolis: CEPED UFSC, 2016.

SANTOS, J.F.A. Do desastre para o risco: qualidade na cobertura em revistas semanais de informação. 253p., Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 2014

SERRA, P. Os riscos da Comunicação na Comunicação dos riscos. Disponível em : <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-riscos-da-comunicacao.pdf> . Acesso em 20 nov. 2011.
VALENCIO, N. **Para além do “dia do desastre”**: o caso brasileiro – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2012.

SILVERMAN, C. **Manual de verificação – Um guia definitivo para verificar conteúdo digital na cobertura de emergências**. Centro Europeu de Jornalismo – CEJ, 2014.

VICTOR, C. Comunicação de riscos de desastres no contexto das mudanças climáticas: muito além do jornalismo. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.

VICTOR, C. **RRD Mídia e Jornalistas**. Itaú Unibanco. Florianópolis: INEPED, 2013.

ZENATTI, A.P.A; SOUSA, S.Y.U. **Comunicação em Desastres: A Atuação da Imprensa e o Papel da Assessoria Governamental**. Florianópolis – Governo do Estado de SC – SJC/DEDC – UFSC/CEPED, 2010.